

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.533.129 - SP (2019/0189811-8)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : ARGOS LOGISTICA LTDA - EPP
AGRAVADO : AXT TELECOMUNICACOES LTDA
ADVOGADOS : LUIZ COELHO PAMPLONA - SP147549
EDUARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA YOSHIKAWA - SP155139
INTERES. : MSL SERVICES LOGISTICA LTDA. - ME
ADVOGADOS : PAULO ROBERTO VIGNA - SP173477
ANA GABRIELA MALHEIROS DE OLIVEIRA - SP307616
MARCO ANTONIO COUTINHO DE MOURA JUNIOR - SP407482
AMIR ANTUNES PRATES - SP416573

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por ARGOS LOGÍSTICA LTDA. - EPP contra a decisão da Presidência do Superior Tribunal de Justiça que não conheceu do agravo em virtude da ausência de impugnação dos fundamentos da decisão denegatória de recurso especial.

A agravante requer o conhecimento e o provimento de seu agravo ao argumento de que impugnou de forma suficiente todos os fundamentos da decisão atacada.

Devidamente intimada, a parte agravada apresentou impugnação, requerendo a rejeição do recurso.

É o relatório.

DECIDO.

Com razão a agravante.

Isso posto, reconsidera-se a decisão proferida e passa-se ao exame do agravo em recurso especial.

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Ação de indenização fundada no inadimplemento de contrato intitulado como de prestação de serviços de logística, armazenagem e outras avenças (movimentação, processamento, etiquetagem, controle de estoque, de entrada e saída de mercadorias e contratação de seguro) - Acolhimento, em parte, das pretensões indenizatórias - PRELIMINAR - Agravo retido, interposto sob a égide do CPC/73 - Insurgência contra a decisão saneadora, que deixou de reconhecer a ocorrência da prescrição - Pretensão de reparação civil, fundada no inadimplemento de contrato misto e não no inadimplemento de

contrato típico de armazenamento - Prescrição regida pelo art. 206, § 3º, V, do Código Civil, afastada a incidência do art. 11, § 1º, do Decreto nº 1.102/1903 - Agravo retido improvido - MÉRITO - Pretensa ausência de participação das rés, no incêndio danoso, que desponta totalmente irrelevante para a solução da lide, uma vez que se trata de ação de indenização fundada em responsabilidade civil contratual, e não em responsabilidade civil aquiliana - Incontroverso inadimplemento, por parte das rés, da obrigação de contratação de seguro por elas assumida, em cláusula do contrato firmado que, por sua singular clareza, definitivamente, não comporta a descabida interpretação e a restrição de alcance que pretendem lhe conferir as rés - Devida comprovação dos fatos constitutivos do direito da autora, não só por meia da prova documental, mas, sobretudo, pela prova técnica produzida, que não restou infirmada por elemento de convicção algum - Ausência de impugnação específica, nos termos da lei processual civil, em relação a parte das pretensões indenizatórias - Inexistência de dúvida quanto à ocorrência do dano moral, em decorrência da inegável ofensa à honra objetiva da autora, haja vista a ausência de controvérsia, também, em relação aos fatos narrados a esse respeito na petição inicial - Sentença recorrida bem fundamentada e que, definitivamente, não encerra omissão, contradição ou obscuridade, a impedir que se cogite de sua modificação, em qualquer ponto, com base nos pretensos vícios alegados em embargos declaratórios contra ela opostos - Apelo improvido" (e-STJ fl. 906).

No recurso especial, a recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 11 do Decreto nº 1.102/1903, 186 e 389 do Código Civil,

Assevera que é empresa de armazém geral e, portanto, incide à hipótese a lei especial, que prevê prescrição trimestral. Afirma que não foi responsável pelo evento danoso e não descumpriu o contrato, motivo pelo qual deve ser afastada a condenação.

Sem as contrarrazões, foi negado seguimento ao recurso especial, dando ensejo à interposição do presente agravo.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

O Tribunal de origem assim se pronunciou sobre o tema em debate:

“(...)

E, no caso concreto, a pretensão indenizatória da autora se funda, precipuamente, no incontroverso inadimplemento, por parte das rés, a despeito do igualmente incontroverso adimplemento, por parte da autora, das obrigações assumidas por cada parte na cláusula 2.3 do contrato objeto da lide, cuja redação é a seguinte:

2.3 A CONTRATADA realizará seguro para os produtos da CONTRATANTE contra incêndio, raio, explosão, vendaval, granizo, roubo e furto, sendo que a CONTRATANTE remunerará a CONTRATADA pela realização do seguro nos termos da cláusula 8 e 8.1 (fls. 24).

Nesse contexto, o prazo prescricional aplicável à hipótese é mesmo o previsto no artigo 206, § 3º, V, do Código Civil, como decidiu o juízo 'a quo', e não o do artigo 11, § 1º, do Decreto nº 1.102/1903, independentemente de uma das rés, eventualmente, ostentar a condição e armazém geral e do que reza o princípio da especialidade, uma vez que se cuida, repise-se, de pretensão de pretensão de reparação civil, fundada no inadimplemento de obrigação prevista em cláusula criada pela vontade das partes, consistente na contratação de seguro, inserta em contrato misto, intitulado pelas partes como de prestação de serviços de logística, armazenagem e outras avenças (movimentação, processamento, etiquetagem, controle de estoque, de entrada e saída de mercadorias e contratação de seguro).

(...)

Inicialmente, é de se destacar que a pretensa ausência de participação das rés, no incêndio danoso, desponta totalmente irrelevante, ao menos para a solução da lide em exame, uma vez que se trata de ação de indenização fundada em responsabilidade civil contratual, e não em responsabilidade civil por culpa aquiliana.

De outra banda, restou incontroverso, conforme já se mencionou alhures, o inadimplemento, por parte das rés, da obrigação de contratação de seguro por elas assumida, na cláusula 2.3 do contrato objeto da lide, que, por sua singular clareza, definitivamente, não comporta a descabida interpretação e a restrição de alcance que pretendem lhe conferir as rés, sob a frágil argumentação de que obrigadas apenas à contratação de seguro em relação à circulação e distribuição de produtos, com exclusão do armazenamento.

Passo outro, ao contrário do que sustentam as rés, restaram devidamente comprovados pela autora os fatos constitutivos de seus direitos, nos termos do artigo 373, I, do Código de Processo Civil, entre os quais os danos emergentes e os lucros cessantes, não só por meio da prova documental, mas, sobretudo, pela prova técnica produzida, a qual, a bem da verdade, não restou infirmada por elemento de convicção algum, merecendo transcrição a seguinte conclusão constante do laudo pericial:

(...) Resumindo, através da documentação disponibilizada pela Requerente 'Relação da Posição do Estoque (Por Armazém R\$) anexo II data base ata do incêndio ocorrido em 07.07.12, o valor dos bens armazenados totalizavam R\$ 7.037.100,14 (sete milhões, trinta e sete mil, cem reais e quatorze centavos) (fls. 621).

A propósito, é de se mencionar, ainda, que transcorreu 'in albis' o prazo de 30 dias concedido às rés, a pedido delas, para a apresentação dos cálculos que entendia corretos e a apresentação de outros documentos, providências apontadas como necessárias, por parte do perito judicial, para que pudesse responder às críticas dirigidas ao laudo pericial aos quesitos suplementares por ela apresentados (fls. 670/673, 681/682, 684, 687/688, 690/691, 693 e 695).

Some-se a isso, ainda, a ausência de impugnação específica, nos termos da lei processual civil, em relação a parte das pretensões indenizatórias, bem observadas pelo e. magistrado de primeiro grau” (e-STJ fls. 911/917).

Nesse contexto, denota-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, a teor do enunciado da Súmula nº 7 deste Superior Tribunal.

Ademais, apesar de apontar o malferimento à legislação federal, a linha argumentativa desenvolvida no apelo extremo é incapaz de evidenciar as ofensas aos dispositivos legais invocados. Nesse contexto, a fundamentação recursal é absolutamente deficiente, o que atrai a incidência dos óbices contidos nas Súmulas nºs 283 e 284/STF.

Pela alínea "c" do permissivo constitucional, o recurso não merece conhecimento pois, nos termos dos artigos 1.029, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 e 255, § 1º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, a divergência jurisprudencial deve ser comprovada e demonstrada, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, o que não ocorreu na espécie. Não basta a simples transcrição de ementas e de parte dos votos sem que seja realizado o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.

Além disso, não há como aferir eventual dissídio jurisprudencial sem que tenham os acórdãos recorrido e paradigma examinado o tema com enfoque na mesma legislação infraconstitucional.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ALÍNEA C. INCIDÊNCIA DO VERBETE DA SÚMULA 284 DO STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Incide o verbatim da Súmula 284 do STF quando o recorrente deixa de indicar qual dispositivo de lei federal teve sua interpretação divergente pelo Tribunal, mesmo quando o recurso foi interposto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

2. A análise da alegação recursal, no que tange à alegação de violação da coisa julgada, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, obstado nesta instância, conforme o disposto na Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no REsp 1.347.791/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 19/11/2015 - grifou-se).

Superior Tribunal de Justiça

Torna-se patente, repita-se, a falta de fundamentação do apelo especial, circunstância que atrai a incidência da já mencionada Súmula nº 284/STF.

Registre-se, outrossim, que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

É o que se observa do seguinte julgado:

"Recurso Especial. Civil. Responsabilidade civil. Cirurgião e anesthesiologista. Recurso com fundamento nas alíneas 'a' e 'c' do art. 105, III, da CF. Reexame fático-probatório. Súmula 07/STJ. Incidência.

- A constatação de ter o médico cirurgião e o anestesista agido ou não com culpa no atendimento a paciente, nas modalidades negligência, imprudência ou imperícia, demanda necessariamente o reexame do conjunto fático-probatório da causa, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.

- O reexame do conjunto fático-probatório da causa obsta a admissão do recurso especial tanto pela alínea 'a', quanto pela 'c' do permissivo constitucional.

- Recurso especial não conhecido" (REsp 765.505/SC, Rel. Ministra Nancy Andrichi, Terceira Turma, DJ 20/3/2006 – grifou-se).

Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 1.033/1.034 (e-STJ) para conhecer do agravo a fim de não conhecer do recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação, ficando as rés responsáveis pelo pagamento de 70% (setenta por cento) das custas e despesas processuais.

Dessa forma, fixo os honorários recursais em 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da condenação, a ser pago pela recorrente ao advogado da parte autora, mantendo-se, no mais, a verba honorária na forma determinada na origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator